



ACÓRDÃO Nº1314/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11685/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Amparo e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – FPROVITA.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Leda Mara Nascimento Albuquerque (Ordenador de Despesa), Carlos Fábio Braga Monteiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4207/2021, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Amparo e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – FPROVITA. Exercício de 2018.

Regularidade. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular a Prestação de Contas do **Fundo de Amparo e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – FPROVITA**, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. **Carlos Fábio Braga Monteiro** - Gestor e Ordenador de Despesas, período de 01/01/2018 a 15/10/2018, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, I c/c o 23 da Lei 2.423/96.

10.2. Julgar regular a Prestação de Contas do **Fundo de Amparo e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – FPROVITA**, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade da Sra. **Leda Mara Nascimento Albuquerque** - Gestora e Ordenadora de Despesas, período de 16/10/2018 a 31/12/2018, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, I c/c o 23 da Lei 2.423/96.



ACÓRDÃO Nº1314/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Dar ciência da decisão ao **Sr. Carlos Fábio Braga Monteiro** e à **Sra. Leda Mara Nascimento Albuquerque**.

10.4. Arquivar os autos os termos regimentais após o cumprimento das medidas acima.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 2 de Agosto de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral